



TRANSPARÊNCIA

CGU retira 252 sigilos impostos por Bolsonaro

Lula assina decretos para reforçar a Lei de Acesso à Informação e critica bloqueios do governo anterior a dados que devem ser públicos

» ISABEL DOURADO*

No evento comemorativo pelos 11 anos de vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI), na qual foram assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva três decretos para aumentar a transparência nas informações sobre o poder público, o ministro Vinícius Carvalho, da Controladoria-Geral da República, anunciou que a CGU revisou 252 sigilos impostos pelo governo Bolsonaro. Conforme disse, a maioria dos segredos foi derrubada e as informações, que foram requeridas com base na LAI, entregues a quem as solicitou.

“Vimos, recentemente, o que uma cultura de sigilo pode gerar de impacto negativo para a sociedade. Graças a uma agenda de transparência, hoje a gente sabe que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) atuou de forma completamente desproporcional na Região Nordeste, no segundo turno das eleições”, ressaltou Carvalho, no seminário “Transparência e Acesso à Informação: Desafios para uma nova Década”, sobre os 11 anos da LAI.

Os decretos assinados por Lula visam ampliar e fortalecer a transparência e o acesso às informações públicas por meio da CGU. Ele comparou a negativa

do governo anterior em permitir acesso às informações, com base na LAI, a um “estupro” da própria lei.

“Não poderia faltar num ato que a gente vem reforçar e defender uma criança de apenas 11 anos, que é a LAI, que foi estuprada há pouco tempo, e que nós estamos, hoje, recuperando para que o povo brasileiro veja essa criança se transformar em adulto”, criticou o presidente, sem citar o nome do antecessor.

Lula disse, ainda, que “agentes públicos eram constrangidos para não relatarmos o que ocorria” e lembrou que “até a página oficial da internet com os dados da covid foi mudada para dificultar o acompanhamento pela população”.

“Sem transparência não há democracia. E o acesso à informação precisa estar cada vez mais presente na vida de cada cidadão e na cultura de cada agente público”, afirmou Lula, acrescentando que a população e as instituições “não admitem mais o obscurantismo e o sigilo”, e que a sociedade tem o direito de enxergar “o que as sombras do autoritarismo e da tecnocracia querem esconder”.

Durante o evento, o presidente anunciou um pacote de medidas de fortalecimento da LAI e da transparência pública.

Ricardo Stuckert/PR



Para Lula (com Carvalho), não há democracia sem transparência, “que precisa estar presente na vida do cidadão”

O primeiro ato aperfeiçoa e dá transparência aos procedimentos de classificação de informações, além de fortalecer o papel da CGU de monitorar e supervisionar a LAI no âmbito do Executivo. O segundo institui o Sistema de Integridade, Transparência e

Acesso à Informação e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. E o terceiro institui o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), em substituição ao atual colegiado.

De acordo com um relatório da organização não-governamental Transparência do Brasil, em mais de 1,3 mil pedidos de informação rejeitados, entre 2015 e 2022, foram mencionados o argumento de proteção de dados pessoais. Porém, de 513



Não poderia faltar num ato que a gente vem reforçar e defender uma criança de apenas 11 anos, que é a LAI, que foi estuprada há pouco tempo, e que nós estamos, hoje, recuperando para que o povo brasileiro veja essa criança se transformar em adulto”

Presidente Lula, defendendo o acesso da sociedade a informações do governo por meio da LAI

negativas registradas em todo o período analisado, 80% ocorreram entre 2019 e 2022 — no governo Bolsonaro —, totalizando 413. **(Com Agência Estado)**

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Divulgação/Comando Militar da Amazônia



Além das centenas de tabletes da droga, três pessoas foram detidas

TRÁFICO

Militares apreendem 400kg de skank

As Forças Armadas apreenderam, ontem, cerca de 400kg em tabletes de skank durante incursão da Operação Ágata, realizada pelo Comando Conjunto Uira — que reúne militares das três Forças. Três pessoas foram detidas, entregues para agentes da Polícia Federal (PF) e devem ser indiciadas por tráfico de drogas.

A ação foi realizada na Amazônia Ocidental, área abrangida pelos estados de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, que fazem fronteira com Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela. A

apreensão foi realizada durante patrulhamento fluvial, realizado pelos militares do 3º Batalhão de Infantaria de Selva. Além dos aproximadamente 400 tabletes de skank de 1kg, uma lancha tipo voadeira foi apreendida. A Operação Ágata tem o objetivo de combater crimes transfronteiriços e ambientais, e é coordenada pelo Ministério da Defesa.

E na madrugada de segunda-feira, garimpeiros armados voltaram a atacar a base de fiscalização montada no rio Uraicoera para impedir o acesso

de invasores à Terra Indígena (TI) Yanomami, em Roraima. Os criminosos abriram fogo contra agentes do Ibama e da Força Nacional que atuam em comunidade indígena de Palimí, mas ninguém se feriu.

Segundo relatos dos agentes do Ibama, por volta de 1h os criminosos armados furaram o bloqueio do cabo de aço que impede a entrada na TI. Estavam a bordo de quatro barcos e abriram fogo contra o posto de fiscalização. Houve troca de tiros entre os agentes e os criminosos por quase 10 minutos.

» Brasileiro se sai mal em leitura

Dados da avaliação Pirls, divulgados ontem, mostram o Brasil à frente somente de Irã, Jordânia, Egito e África do Sul em um ranking que avaliou em 57 países a capacidade de leitura e compreensão de textos de estudantes do 4º ano do ensino fundamental. As provas foram em 2021 e mostram o efeito da pandemia na educação. Para especialistas, o resultado é ruim, pois o Brasil fica longe dos países desenvolvidos. O exame é realizado por amostragem em escolas públicas e privadas, em todo o país.



ALEXANDRE GARCIA

TALVEZ QUERENDO NOS PUNIR POR NÃO TERMOS CONQUISTADO O DIREITO DE TER TUDO ISSO, TRATAMOS DE PROVOCAR PARA QUE DÊ ERRADO, PARA QUE A NATUREZA NÃO COMETA A INJUSTIÇA DE NOS PRIVILEGIAR SEM MÉRITO

No Mar Vermelho

O presidente do Conselho da Renner, José Galló, afirmou, n'O Estado de S.Paulo, que somos o país do futuro que não chega. Tenho demonstrado isso em palestras. Jogamos fora as oportunidades postas à nossa porta. Parecemos masoquistas, sofrer é o nosso prazer.

Ganhamos, de graça, o que para os outros países é um sonho inalcançável: ausência de catástrofes naturais, de guerras com vizinhos; clima ideal: chuva e sol nas doses certas; água abundante, por cima e por

baixo; minerais de toda sorte no subsolo; amplidão territorial, grandeza em rios e florestas; solo onde tudo dá. Talvez querendo nos punir por não termos conquistado o direito de ter tudo isso, tratamos de provocar para que dê errado, para que a natureza não cometa a injustiça de nos privilegiar sem mérito.

Nossas escolhas nas urnas contribuem para isso. Nossa passividade infla os fracassos. Meu colega Luiz Edgar de Andrade enganou-se, quando reportou que Charles de Gaulle dissera que o Brasil não

é um país sério. Mas se não tivesse sido um engano de informação, seria bene trovato. Para compensar — e anular — tudo o que ganhamos no Gênesis, provocamos um apocalipse no território nacional. Nem Noé conseguiria salvar-nos nesse dilúvio de passividade — ou sem-vergonhice?

Audiência

Agora vivemos um regime de exceção e nossa indiferença é como se estivéssemos em pleno estado de direito. A comunicação digital deu voz

a todos — e os totalitários reagiram porque a democracia que propagam é a deles; só eles podem ter voz, o povo não. Povo, para eles, só é uma audiência anônima.

Os tutores tradicionais do pensamento, incomodados, procuram calar a voz do povo. Afinal, está na Constituição que todo poder emana do povo. Os tutores esperam que o povo se acomode com o que está escrito. Assim, se esgota no papel o poder popular e não é exercido. Mas, mesmo quando tenta exercer, o povo tem sido enrolado.

Por exemplo, os brasileiros elegeram seus representantes no Congresso, mas quem manda é quem não tem voto. Os representantes no Congresso têm o poder nominal de fazer leis, mas nas verdadeiras liberdades democráticas — esse poder é apenas literal. Quem baixa regras, mesmo, é o topo do Judiciário. Derroga até aquilo que, cheios de esperança, considerávamos direitos e garantias fundamentais, pétreas, inquebrantáveis.

E lá vamos nós, jogando nosso potencial no lixo, nosso futuro no passado, nossos

filhos e netos num beco sem saída. Posso falar nisso, pois desde 1940 acompanho esse espetáculo de país alegre e sem rumo, na penitência de pecador por ter recebido um paraíso e não ter conseguido convertê-lo em terra prometida, ao contrário do que fizeram os israelenses com um deserto. Talvez um Sinai esteja dentro de nós, e habitamos o deserto submissos a ele e a falsos Moisés. Talvez apenas não tenhamos ânimo e coragem para separar as águas e atravessar o Mar Vermelho.